

Poder local guarani: conflitos e negociações

Renata de Almeida Oliveira*

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu**

Edlaine de Campos Gomes***

RESUMO

Neste trabalho pretendo abordar a tensão entre duas esferas de poder na aldeia guarani de Paraty-Mirim: o poder tradicional do cacique e um novo poder que surge com a formação dos professores indígenas. Sendo assim, relatarei o "caso" do conflito entre o cacique da aldeia e o professor Darci tomando-o como um sintoma de uma mudança importante na esfera das decisões locais. O novo poder - o professor - ameaça o poder tradicional - o cacique - e a solução encontrada foi afastar o novo poder e sua família, expulsando-os da aldeia. Esta por sua vez, procura encontrar novas formas de sobrevivência, reforçando o pertencimento ao grupo familiar. Sugiro que trata-se de uma conjugação sutil entre indivíduo, família e grupo étnico, na qual, dependendo da situação, um dos elementos é evidenciado em detrimento do outro.

Palavras-chave: Família Guarani mbyá, Poder local Guarani, Patrimônio Etnográfico

ABSTRACT

This article aims to highlight the tension between two power spheres in the guarani village of Paraty-Mirim: the Indian chief's traditional power and a new power which appears along with the formation of Indian teachers. Therefore, this case of conflict between the village chief and the teacher named Darci will be reported. The new power – the teacher – threatens the traditional power – the chief – and the solution found was to keep the new power and its family apart by driving them out of the village. The village then searches for new ways of surviving and reinforcing the sense of family belonging. It is about a subtle conjoint between individual, family and ethnic group, in which depending on the power relations, one of them is highlighted at the expense of the other.

Key Words: Guarani mbya Family, Guarani local power, Ethnographic Inheritance

Introdução

“Se quiserdes agora figurar um índio, bastará imaginardes um homem nu, bem conformado e proporcionado de membros, inteiramente depilado, de cabelos tosquiados (...) com lábios e faces fendidos e enfeitados de osso e pedras verdes, com orelhas perfuradas e igualmente adornadas, de corpo pintado, coxas e pernas riscadas de preto com suco de jenipapo, e com colares de fragmentos de conchas penduradas ao pescoço.” (LÉRY, 1980: 107)

A presença indígena no Rio de Janeiro contemporâneo é fato desconhecido por grande parte da sociedade local. Concebidos como figuras históricas e mitificadas, relativos aos primórdios do cenário colonial, os povos indígenas são percebidos como exóticos, distantes da

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO – Bolsista REUNI

** Professora adjunta da UNIRIO – Doutora em Antropologia Social pela UFRJ

*** Professora adjunta da UNIRIO – Doutora em Ciências Sociais pela UERJ

realidade da metrópole, do urbano, circunscritos às características descritas e eternizadas em gravuras dos viajantes europeus.

A discussão que proponho nesta comunicação leva em consideração a tensão entre duas esferas de poder constituídas na aldeia guarani de Paraty-Mirim: o poder tradicional do cacique e uma nova liderança, surgida com a criação do Programa de Formação para Educação Escolar Indígena Bilíngue, que viabiliza o acesso de professores indígenas das etnias kaingang e guarani à formação no magistério. Este curso tem duração média de quatro anos e ocorre no Paraná, promovido pela Secretaria de Educação, sendo realizado em parceria com Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Duas vezes por ano, eles se reúnem durante um mês para o curso, ministrado por professores especialistas dos cinco estados conveniados.

O processo conflituoso que culminou na transferência de uma família Guarani mbyá da aldeia, em Parati, para Camboinhas, área de preservação ambiental, localizada na região oceânica de Niterói, estado do Rio de Janeiro, contém pistas significativas para a compreensão das tensões, dissidências e mudanças ocorridas no âmbito das relações sociais deste grupo. Nesse sentido, considero importante ressaltar Pollak (1992)

“Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida.” (POLLAK, 1992: 05)

Pollak (1992) ressalta ainda que a memória é constituída por distintos elementos, acontecimentos, personagens ou pessoas, e lugares. É importante ressaltar que a presente discussão foi elaborada tomando por base o ponto de vista de um dos lados dos conflitos aqui descritos: a versão de Darci, que era professor na aldeia de Paraty-Mirim e atualmente é cacique na aldeia de Camboinhas. São consideradas suas impressões sobre acontecimentos, motivos da transferência de sua família¹ para Camboinhas, em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro, além dos conflitos vivenciados na aldeia de Paraty-Mirim.

¹ Esta família possui um núcleo central focado na Sr^a Lídia Nunes considerada a matriarca do grupo e vive na aldeia com seus filhos e as respectivas esposas e filhos. Nessa aldeia vive também um professor indígena do grupo Guarani Kaiowá. Neste caso considero que as relações de parentesco construída entre a etnia guarani de maneira geral (mbyá, kaiowá e nhandewá) deve ser estudada de forma mais consistente no decorrer dessa pesquisa.

O patrimônio Guarani mbyá, suas crenças e objetos rituais

O tema do Patrimônio está na ordem do dia. Antropólogos, sociólogos, historiadores, arquitetos e diversos pesquisadores vêm debatendo e publicando sobre as novas modalidades de patrimônio que vão cada vez mais se instituindo e gerando programas e projetos políticos e sociais. Uma destas publicações é o livro “Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos” organizado por Regina Abreu e Mario Chagas com um conjunto expressivo de artigos. Alguns desses artigos abordam o surgimento do Patrimônio Imaterial, fazem reflexões e questionamentos relacionados ao conceito de “patrimônio” apontando e refletindo a respeito de suas limitações e possibilidades para que possa oferecer um entendimento da vida social e cultural.

Segundo Abreu (2003), a questão do patrimônio apresenta-se como um espaço de conflitos e interesses contraditórios, ocorrendo pelo menos duas mudanças significativas: a organização da sociedade civil e a afirmação do conceito antropológico de cultura. Uma categoria que deve ser primeiramente apresentada neste trabalho é “patrimônio material”, também chamado de patrimônio tangível. Trata-se de uma categoria muito importante, que abrange em sua conceituação o patrimônio edificado: monumentos, prédios, edifícios, obras de arte.

Inserido no contexto do patrimônio cultural, emerge uma nova categoria: patrimônio imaterial, também chamado de patrimônio intangível. Configura-se como oposto ao patrimônio material, relacionado aos bens “abstratos” tais como: ritos, mitos, festas, culinária, dança, tradições, costumes, música, esta é a forma de patrimônio que destaca o “saber-fazer” (cf. Fonseca, 2003). É, neste sentido, que se insere o patrimônio das sociedades tradicionais, em especial dos povos indígenas.

O povo Guarani mbyá manifesta em diversos momentos o seu grande contato com a religiosidade (nos grupos tradicionais não há separação das esferas) e tem no Patrimônio Intangível – rituais, sistemas de crença, modos de fazer, cânticos, rezas, narrativas orais –, a base de suas ações, o que chamam de “Memória Viva Guarani” (quem dá esse nome). Segundo Freire (2001) tudo pode se transformar em motivo para rezas e rituais, tais como, as próprias atividades econômicas e a colheita de produtos da roça. Sendo assim, a religião é um dos fatores mais importantes da vida desse povo.²

² Para chegar a esses resultados parciais estão sendo analisadas fontes teóricas que abordam o tema relacionado ao povo Guarani, tais como Maria Inês Ladeira (1992), Aldo Litaiff (1996), Bartolomeu Meliá (1989), entre outros.

A “reza”– chamada de porahei – é uma atividade vivenciada por todos na aldeia: participam, falam, rezam, cantam, fumam o petyngúá (cachimbo). Esta é uma prática comum às aldeias Guarani, do estado do Rio de Janeiro. A reza é iniciada por volta das dezenove horas e termina por volta de meia-noite, podendo estender-se até a manhã do dia seguinte. Todos cantam e dançam para as divindades, com o intuito de adquirirem fortalecimento diante das doenças, da morte, entre outros pedidos.

Existem diversos objetos rituais utilizados durante a reza, tais como o petyngúá (cachimbo) e o popygua (bastão de reza). Quase todos os mbyá – inclusive as crianças – fumam o petyngua, usando o petu-hu, tabaco preto, plantado na aldeia, pelas mulheres ou o fumo de corda comprado em vendas da região.

O povo Guarani mbyá no Rio de Janeiro

Na virada do século em 1900 havia poucos índios no Rio de Janeiro, que acabaram destribalizados. Segundo Freire (2001), não se tem informações precisas sobre esse processo de “desaparecimento”, tendo em vista que, depois da Proclamação da República os registros de batismo, nascimento e óbito passaram a omitir a condição indígena, ou seja, durante a primeira metade do século XX, os índios deixam de figurar no mapa e de fazer parte da documentação oficial da cidade.

Apenas em 1940, foi registrada a presença de grupos indígenas no Rio de Janeiro. O povo guarani mbyá que, se caracteriza por sucessivas ondas migratórias se deslocou do vale do Rio Paraná em direção ao litoral fluminense, e construiu aldeias no local onde, anteriormente, era habitado pelos índios Goiana, no alto da Serra da Bocaína. Porém, segundo Bessa (2001) foi em 1972, com a abertura da estrada Rio-Santos que a presença indígena foi oficialmente identificada.

No Rio de Janeiro, na atualidade, os índios Guarani mbyá estão divididos, basicamente, em seis aldeias localizadas em Paraty-Mirim, Angra dos Reis e Camboinhas, Região Oceânica de Niterói, *“que acabaram formando, como resultado do intenso intercâmbio com as demais aldeias do litoral, um grande complexo territorial, com uma relativa unidade cultural, onde os índios desenvolvem relações de reciprocidade”*. (Freire, 2001:03)

Ainda segundo Freire (2001), os índios Guarani Mbyá são um grupo de característica nômade que busca a chamada “Terra sem males”, onde vive Nhanderú, considerado por eles como Deus supremo. Essa vontade de chegar a esta “terra” direciona suas práticas. Migram de aldeia para aldeia, ao redor do Brasil e de outros países da América do Sul. O fato de circularem com frequência por diversas localidades ocasiona a existência de uma extensa rede

de parentesco espalhada nestes territórios, o que fortalece ainda mais o desejo de continuar viajando. Segundo o autor:

“Contudo, viver em uma aldeia não significa fixar-se definitivamente em uma delas, posto que o lugar de preservação dos Guarani-Mbyá é a língua e, portanto, eles se realizam onde há pessoas falando o seu idioma e praticando a sua cultura e não em um território fixo. Desta forma, eles estão sempre caminhando, sempre em movimento, realizando algum trajeto, de uma aldeia a outra, estabelecendo nessas caminhadas, uma rede de relações que permite a formação de alianças e a solução de conflitos.” (FREIRE, 2001:03)

Observa-se que nessa circulação há, também, o intuito de formação de alianças e solução de conflitos – acrescenta-se que estes podem ser internos ou externos ao grupo. Em movimentos migratórios recentes, verifica-se o surgimento de novos motores nessa dinâmica: ao caráter religioso das contínuas migrações, com o intuito de buscar a “Terra sem males”, foi acrescentada uma barreira significativa: a disputa pela terra. Desta forma, o nomadismo inerente ao grupo entra em choque com os padrões modernos de territorialidade.

As relações na aldeia de Paraty-Mirim

Tradicionalmente o poder em uma aldeia Guarani mbyá está centralizado em um único indivíduo: o cacique. Ele decide os rumos a serem tomados pelos habitantes da aldeia, divide as doações de alimentos, roupas ou qualquer tipo de utensílios recebidos. Avalia as propostas de projetos idealizadas por diferentes instituições. É responsável por qualquer outro tipo de decisão ou atitude a ser tomada diante de questões significativas para o grupo. Ele assume o papel do narrador, aquele que possui sabedoria e legitimidade necessárias para “dar conselhos”, como na visão de Benjamin (1985).

Cada aldeia possui uma escola bilíngue onde as crianças indígenas aprendem primeiramente sua língua materna e posteriormente o português. Na escola, os professores transmitem para as crianças também os mitos, os saberes que aprenderam com os mais velhos e músicas que entoam no Coral Infantil. É importante frisar aqui que em toda aldeia há um Coral que possui papel fundamental nos rituais ocorridos na “Opy” (casa de reza).

“Na sociedade Guarani, são as pessoas mais idosas que detêm os saberes tradicionais. São elas, portanto, as encarregadas de transmiti-los às novas gerações. Daí a profunda desconfiança manifestada pelos mais velhos em relação à escola, que vem trazer novas formas de socialização do conhecimento, colocando em outras mãos, menos experientes, a tarefa de perpetuar a tradição.” (FREIRE, 2001:10)

Percebe-se nesse processo o que Benjamin (1985) afirma: “... as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo”. (BENJAMIN, 1985: 198) A oralidade e a escrita, a narrativa e a formalização da transmissão,

estão aqui em constante tensão, já indicada por Benjamin (1985: 200). O conflito entre o cacique – responsável pela transmissão e manutenção das tradições – e Darci – representante do ensino formal, identificado a um poder externo – se baseia no temor da perda progressiva das tradições orais, conduzida pela interferência dos professores indígenas. Considerados jovens e com pouca experiência não possuiriam atributos suficientes para despertar o interesse pela aprendizagem das tradições do grupo, através das narrativas orais.

Nota-se então que as relações tradicionais de poder foram alteradas com a presença da escola e suas repercussões (cursos de formação, por exemplo), em especial, com a participação de professores da aldeia no Programa de Formação, como mencionado acima. Os participantes desse programa passaram a ocupar posição de destaque, assumindo papel decisório central, anteriormente, centralizado nas mãos de uma única liderança. Destaca-se a participação em diversos projetos e iniciativas culturais relativas aos mbyá.

Na aldeia de Paraty-Mirim, o conflito principal ocorreu entre o cacique e o professor da escola, Darci. Este representa a esfera do “novo poder”, que surge com a formação dos professores indígenas e seu reconhecimento coletivo. A tensão entre cacique e professor da escola evidencia o processo de mudanças nas relações de poder na aldeia. Vale frisar que a análise não considera que o conflito seja meramente pautado pela relação entre dois indivíduos em disputa pelo poder, mas aponta para um significado mais amplo: as transformações ocorridas nas formas de organização social dos Guarani mbyá. Reflete-se nesta comunicação, como o surgimento da escola guarani e do curso de professores indígenas está alterando as formas de organização social da aldeia.³

Durante o período conflituoso em que Darci e sua família permaneceram na aldeia, podia-se perceber que este núcleo familiar acabou adotando uma postura de distanciamento das decisões da aldeia, se colocando como uma comunidade isolada do restante dos indivíduos. Por sua vez, o cacique, também se colocava em uma posição de excluir a família da esfera privada do grupo

“Se é possível o confronto entre memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. Todo mundo sabe até que ponto a memória familiar pode ser fonte de conflitos entre pessoas.” (POLLAK, 1992: 05)

O que se pode observar nesse caso é que a ameaça de consolidação de um “novo poder” - do professor - ameaçava o poder tradicional - o cacique - e a solução encontrada no caso

³ Talvez esta mudança não esteja ocorrendo nesta aldeia apenas mas no contexto social do grupo Guarani mbyá de maneira geral, bem como em outros grupos.

relatado foi afastá-lo da aldeia. Darci e sua família, por sua vez procuram, para encontrar novas formas de sobrevivência, reforçar os laços de pertencimento ao grupo familiar. Trata-se de uma conjugação sutil entre indivíduo, família e grupo étnico, onde dependendo da situação um dos pólos é evidenciado em detrimento do outro.

A mudança para Camboinhas: novos conflitos e novas relações

Além dos conflitos ocorridos na aldeia de Paraty-Mirim, outros motivos desencadearam na mudança do grupo familiar para este local: a ocupação territorial se relacionaria ao desejo de preservar três Sambaquis (cemitérios indígenas) situados na região; a forte religiosidade do grupo, sendo alegado que os espíritos dos mais velhos enterrados ali os chamaram, pois aquela região precisa de reza diariamente; o cultivo de alimentos num espaço viável, apesar de tratar-se de uma região de praia, existe um espaço onde pretendem desenvolver essa atividade. É importante lembrar que esta é uma região já demarcada legalmente como uma área de preservação ambiental. O professor Darci passou a ser o cacique da nova aldeia e sua família fortaleceu seus laços se afirmando como um novo grupo.

Apesar do conflito entre Darci - e seus familiares - e o cacique da aldeia Paraty Mirim ter sido aparentemente resolvida com a mudança do grupo familiar para um novo local, esse desfecho não significou a abolição dos problemas. O estabelecimento da aldeia em Camboinhas promoveu diversas reações contrárias, acusações e polêmicas, tendo por base as justificativas de que: a região está localizada em uma área nobre, de Niterói, com forte especulação imobiliária; a possível “favelização” do local e, consequente, desvalorização dos imóveis.

As atividades desenvolvidas pelo grupo também acabam sendo alvo de críticas. Para manter suas tradições e para subsistência, foi reservado um local na aldeia para comercializar o artesanato produzido por eles, afinal, *“os Guarani Mbya têm no artesanato produzido para o mercado uma importante fonte de subsistência, usando para isso vários tipos de cana, palha, raiz e cipó”* (FREIRE: 2001, 06). No entanto, este acabou sendo mais um motivo para que os grupos que são contra a permanência dos índios no local pudessem argumentar, afirmando que haviam organizado um “camelódromo”.

A discussão sobre a autenticidade do grupo é outro ponto enfatizado pelos que são contrários à aldeia. Há questionamentos quanto à identidade do grupo que a estabeleceu, pois, supostamente, não possuiriam características culturais indígenas, especialmente no que se refere à vestimenta, sua alimentação e outros aspectos da vida cotidiana. Tais considerações são baseadas na visão mitificada e estereotipada do índio, construída pela sociedade

hegemônica, a partir de diários de viajantes como Léry (1980), Staden (2006) e Thevet (1978) que evidenciam textos históricos.

“São gente bonita de corpo e de feição, tanto os homens como as mulheres, iguais a gente daqui; somente são queimados do sol, pois andam todos nus, moços e velhos, e nada têm que encubra as partes vergonhosas. Desfeiam-se a si mesmos com pinturas e não têm barbas, porque as arrancam pela raiz, logo que lhes nascem. Fazem furos na boca e nas orelhas e neles introduzem pedras, que são seus ornamentos, e se enfeitam com penas.” (STADEN, 2006: 142)

Passados cinco séculos desde que os viajantes europeus estiveram no Brasil esta visão estereotipada do índio é presença forte, apesar das grandes transformações educacionais e de caráter legal que ocorreram. Destaco, nesse sentido, a Constituição de 1988 a qual reconhece que definir identidade étnica é muito difícil.⁴ Cada grupo possui suas particularidades para identificar aqueles que o integram legitimamente, ou seja, não cabe a grupos externos definir, julgar ou condenar os que vivem naquele local e que afirmam fazer parte de determinado grupo étnico e sim, aos próprios grupos e às instituições e legislações criadas para garantir o direito de cada cidadão independente de cor, raça ou credo. De acordo com Silva (1995),

“O art 231 reconhece a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos índios, com o que reconhece a existência de minorias nacionais e institui normas de proteção de sua singularidade étnica, especialmente de suas línguas, costumes e usos. A propósito, a Constituição fala em populações indígenas (art. 22, XIV) e comunidades indígenas ou dos índios (art. 232), certamente como comunidades culturais, que se revelam na identidade étnica, não propriamente como comunidade de origem que se vincula ao conceito de raça natural, fundado no fator biológico, hoje superado, dada a “impossibilidade prática de achar um critério que defina a pureza da raça”. Nem é comunidade nacional que não é redutível a fatores particulares ou parciais, porque se integra a todos, enquanto realização do princípio do Estado nacional, traduzindo, no nosso caso, a unidade comunitária dos brasileiros que envolve a todos”. (SILVA: 1995, 777-778)

Apesar de existirem aparatos legais, para os grupos que se posicionam contrariamente a instalação da nova aldeia em Camboinhas, isto não impediu o acontecimento de uma situação-limite. No dia 18 de julho de 2008, por volta das 12 horas, a aldeia foi incendiada. Há suspeita de ação criminosa. Conta-se que os homens da aldeia saíram pela manhã para uma reunião, na qual pretendiam negociar a permanência no local, deixando apenas mulheres, crianças e um único homem, Joaquim. Um carro estacionou, os três homens que estavam nele atearam fogo nas casas. O índio Joaquim se queimou na tentativa de salvar os objetos, mas o grupo perdeu a maior parte de seus pertences: casas, roupas, alimentos e, até mesmo, material de pesquisa e filmagens, registros de sua história.

⁴ No caso dos Guarani mbyá é importante ressaltar que eles reconhecem como Guarani aqueles que nascem e vivem na aldeia de acordo com as tradições do grupo e, principalmente, aqueles que falam a língua Guarani.

A visibilidade propiciada pelo incêndio – que foi noticiado por jornais e telejornais - acabou fortalecendo publicamente os indígenas, que passou a receber apoio de grande parte dos moradores da região, de algumas instituições e artistas. Diversos grupos se mobilizaram em campanhas para arrecadar roupas, alimentos, utensílios domésticos e para reconstruir a aldeia.

Considerações finais

No dia 13 de setembro de 2008 a aldeia foi re-inaugurada. Representantes de diversos povos indígenas estavam presentes fazendo apresentações de seus rituais e discursos de apoio à família Guarani que reafirmou sua posição quanto a permanência na região e organizou atividades para os convidados. Nesta ocasião, o grupo apresentou seu coral de jovens e adultos, característica marcante nas tradições Guarani mbyá, sendo um ícone de força para a afirmação da identidade do grupo.

“Os etnólogos concordam que diante das pressões da sociedade nacional para abandonarem sua etnicidade e cultura, os Mbyá constituem atualmente o que podemos chamar de um dos exemplos mais bem sucedidos de preservação de identidade. O Mbyá muda, mas não desaparece. Muda para não desaparecer. Quinhentos anos depois, os Guarani resistem. Tem índio no Rio de Janeiro.” (FREIRE, 2001: 13)⁵

Após a re-inauguração da aldeia, a família conseguiu novas conquistas. Enquanto não sai uma decisão Judicial, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) pediu para que fosse instalada uma rede de água e esgoto pela concessionária Águas de Niterói. A Justiça determinou que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) faça um cadastramento dos ocupantes da aldeia para evitar o crescimento desordenado do grupo. A Fundação está fazendo estudos para decidir se vai reconhecer a área como território indígena e afirmou que os índios podem permanecer no local até que o processo esteja concluído.

Enquanto isso, a família permanece no local, preservando sua cultura e buscando apoio para que consigam ocupar definitivamente e legalmente o local que, segundo eles, é território indígena.

As memórias subterrâneas conquistaram mais espaço no cenário nacional e como afirma Michael Pollak, *“... uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa de memória...”* (POLLAK: 1992: 03). Considerando o complexo processo de mudanças na sociedade contemporânea, várias questões relativas às “memórias subterrâneas” precisam ser

⁵ Freire se refere aos Guarani mbyá de maneira geral. O texto usado nesta citação foi publicado no ano 2001 e a aldeia de Camboinhas foi “criada” no ano de 2008.

analisadas – particularmente, as indígenas. É nesta direção que esta pesquisa se insere. Considerando que está em seu início e muitas questões estão surgindo e devem ser problematizadas nessa trajetória, tais como: O que é ser Guarani no século XXI? Como essa família que vive em Camboinhas se caracteriza? Como preservam a memória em uma situação de migração permanente? Como o fato de se deslocarem com frequência os obriga a preservar de forma mais acentuada o aspecto mais intangível da memória? Como a memória Guarani é atualizada e valorizada no processo de migração permanente em que vivem? Que mecanismos usam para a preservação dessa memória? Usam algum instrumento tecnológico para a preservação da memória?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, R. & CHAGAS, M. (org.) **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Lesscov. In: **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. P. 197-221.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. **Tem índio no Rio**. Rio de Janeiro: UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.
- LADEIRA, Maria Inês. **"O Caminhar sob a Luz"**: O Território Mbyá à Beira do Oceano - Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais (Antropologia) - PUC, São Paulo, 1992.
- LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1980.
- LITAIFF, A. **As divinas palavras: identidade étnica dos guarani Mbyá**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.
- MELIÁ, B. **A experiência religiosa dos guarani**. O rosto índio de Deus. São Paulo: Editora Vozes, 1989.
- POLLAK, M. “Memória e Identidade Social” In: *Estudos Históricos*. Volume 5, nº10. Rio de Janeiro: FGV, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2009.>
- POLLAK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.
- STADEN, H. **Duas viagens ao Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- THEVET, A. **As singularidades da França Antártica**. Edusp: São Paulo, Itatiaia: Belo Horizonte. 1978.